

GA BH Pampulha
Locação de
Espaço S.A.

CNPJ: 14.206.440/0001-04

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Assurance Services Ltda.

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da

GA BH Pampulha Locação de Espaço S.A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da GA BH Pampulha Locação de Espaço S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GA BH Pampulha Locação de Espaço S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de maio de 2024

KPMG Assurance Services Ltda.
CRC 2SP-027683/O-6 F SP



Camila Coelho Querodia
Contadora CRC 1SP294059/O-8

GA BH Pampulha Locação de Espaço S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Saldos em R\$ Mil)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	303	1.447
Contas a receber de clientes	4	270	162
Tributos a recuperar	5	355	9
Outros ativos	6	<u>51</u>	<u>59</u>
Total do ativo circulante		<u>979</u>	<u>1.677</u>
Ativo não circulante			
Propriedades para investimento	7	20.595	20.655
Imobilizado e Intangíveis	8	<u>51</u>	<u>58</u>
Total do ativo não circulante		<u>20.646</u>	<u>20.713</u>
Total do ativo		<u>21.625</u>	<u>22.390</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GA BH Pampulha Locação de Espaço S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Saldos em R\$ Mil)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante			
Fornecedores	9	121	85
Obrigações trabalhistas	10	56	74
Obrigações tributárias	11	198	130
Contas a pagar com partes relacionadas	21	23	17
Outros passivos	12	<u>26</u>	<u>440</u>
Total do passivo circulante		<u>424</u>	<u>746</u>
Passivo não circulante			
Passivo fiscal diferido	13	1.193	1.245
Provisão para contingências	14	<u>5</u>	<u>-</u>
Total do passivo não circulante		<u>1.198</u>	<u>1.245</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	15	17.670	17.670
Reserva legal	15	197	125
Reserva de lucros	15	<u>2.135</u>	<u>2.604</u>
Total do patrimônio líquido		<u>20.002</u>	<u>20.399</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>21.625</u>	<u>22.390</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GA BH Pampulha Locação de Espaço S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Saldos em R\$ Mil)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida	16	2.958	2.613
Custos operacionais	17	<u>(814)</u>	<u>(903)</u>
Lucro bruto		<u>2.144</u>	<u>1.710</u>
Despesas operacionais	18	(722)	(448)
Resultado de ajuste a valor justo de propriedades para investimento	7	(146)	(5.446)
Depreciação e amortização	8	(16)	(13)
Outras receitas (despesas) diversas	19	<u>155</u>	<u>(29)</u>
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		<u>1.415</u>	<u>(4.226)</u>
Receitas financeiras	20	<u>187</u>	<u>99</u>
Despesas financeiras		<u>(26)</u>	<u>-</u>
Resultado financeiro líquido		<u>161</u>	<u>99</u>
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos		<u>1.576</u>	<u>(4.127)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	13	(184)	(348)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	<u>52</u>	<u>2.608</u>
Lucro (Prejuízo) líquido dos exercícios		<u>1.444</u>	<u>(1.867)</u>
Lucro (Prejuízo) por ação		<u>0,0817</u>	<u>(0,1057)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GA BH Pampulha Locação de Espaço S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Saldos em R\$ Mil)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro (Prejuízo) líquido dos exercícios	1.444	(1.867)
Outros componentes dos resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes dos exercícios	1.444	(1.867)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GA BH Pampulha Locação de Espaço S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Saldos em R\$ Mil)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros Acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>17.670</u>	<u>125</u>	<u>4.471</u>	<u>-</u>	<u>22.266</u>
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.867)	(1.867)
Transferência de prejuízos acumulados	-	-	(1.867)	1.867	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>17.670</u>	<u>125</u>	<u>2.604</u>	<u>-</u>	<u>20.399</u>
Lucro do exercício	-	-	-	1.444	1.444
Reserva legal	-	72	-	(72)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(343)	(343)
Distribuição de dividendos adicionais	-	-	-	(265)	(265)
Juros sobre capital próprio	-	-	(1.233)	-	(1.233)
Transferência de lucros	-	-	764	(764)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>17.670</u>	<u>197</u>	<u>2.135</u>	<u>-</u>	<u>20.002</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GA BH Pampulha Locação de Espaço S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Saldos em R\$ Mil)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro (Prejuízo) líquido dos exercícios	<u>1.444</u>	<u>(1.867)</u>
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas:		
Depreciação e amortização	16	13
Ajuste a valor justo de propriedades para investimento	146	5.446
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	132	(2.260)
Provisão para contingência	<u>5</u>	<u>-</u>
Total	<u>1.744</u>	<u>1.332</u>
Variações nos ativos e passivos		
Decréscimo/ (acrécimo) em ativos:		
Contas a receber de clientes	(108)	7
Tributos a recuperar	(346)	256
Outros ativos	12	(37)
(Decréscimo)/ acréscimo em passivos:		
Fornecedores	36	26
Obrigações tributárias	294	(1)
Outros passivos	(39)	(55)
Obrigações trabalhistas	<u>(19)</u>	<u>15</u>
Caixa gerado nas atividades operacionais	<u>1.573</u>	<u>1.543</u>
Impostos pagos sobre o lucro	<u>(410)</u>	<u>(266)</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>1.160</u>	<u>1.277</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Adições a propriedades de investimento	(86)	(113)
Adições ao imobilizado e intangíveis	<u>(11)</u>	<u>(3)</u>
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<u>(97)</u>	<u>(116)</u>
Fluxos de caixa de atividades de financiamento:		
Dividendos pagos	(1.000)	(202)
Juros sobre capital próprios	(1.233)	-
Contas a pagar com partes relacionadas	<u>23</u>	<u>17</u>
Fluxos de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	<u>(2.210)</u>	<u>(185)</u>
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.144)</u>	<u>976</u>
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	1.447	471
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	<u>303</u>	<u>1.447</u>
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.144)</u>	<u>976</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

(Saldos em R\$ Mil)

1 Contexto operacional

A GA BH Pampulha Locação de Espaço S.A. (“Companhia”) está localizada na Avenida Portugal, 5543, Itapoa, Belo Horizonte, MG. A Companhia foi constituída em 10 de agosto de 2011.

A Companhia tem por objeto a locação temporária de espaços individuais e privativos, destinados ao armazenamento de bens ou mercadorias, na modalidade de autosserviço, ou seja, com responsabilidade do locatário pela colocação, guarda, conservação ou retirada dos bens depositados, locação de salas e escritórios, venda de material de embalagens e armazenamento.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis materiais

2.1 Base de apresentação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade a suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras.

Em conexão com a preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração efetuou análises e concluiu por não existirem evidências de incertezas sobre a continuidade das operações da Companhia aqui apresentada.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram concluídas e aprovadas pela diretoria em 08 de maio de 2024.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Políticas contábeis materiais aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras

2.2.1 *Resultado do exercício*

A receita de prestação de serviços é reconhecida por meio do regime de competência. As despesas e custos de mercadorias vendidas são reconhecidas pelo regime de competência.

2.2.2 *Receitas financeiras e despesas financeiras*

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.2.3 *Caixa e equivalentes de caixa*

Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras sem risco de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras são representadas por certificados de depósitos bancários e operações compromissadas, ambas com liquidez diária, demonstradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios.

2.2.4 *Propriedades para investimento*

Propriedades para investimento é a propriedade (terreno ou edifício – ou parte de edifício – ou ambos) mantida (pelo proprietário ou pelo arrendatário em arrendamento financeiro) para auferir aluguel ou para valorização do capital ou para ambas, e não para: (a) uso na produção ou fornecimento de bem para finalidades administrativas; ou (b) venda no curso ordinário do negócio. Propriedade ocupada pelo proprietário é a propriedade mantida (pelo proprietário ou pelo arrendatário sob arrendamento financeiro) para uso na produção ou fornecimento de bens ou para finalidades administrativas.

As propriedades para investimento são inicialmente registradas pelo respectivo custo de aquisição e subsequentemente ao reconhecimento inicial, a propriedade para investimento é avaliada pelo valor justo utilizando o método de Fluxo de Caixa Descontado (“FCD”).

Alguns custos incorridos após a aquisição, construção ou produção de uma propriedade de investimento são capitalizados como parte do seu custo, quando aplicável.

2.2.5 *Imobilizado*

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) *Custos subsequentes*

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) *Depreciação*

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

A Companhia revisa anualmente a vida útil estimada, valor residual e método de depreciação ou amortização dos bens do imobilizado no final de cada exercício social. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Bens	Taxas depreciação
Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Computadores e periféricos	20%
Equipamentos de comunicação	10%

2.2.6 *Intangíveis*

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável acumulado.

(ii) *Gastos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam.

(iii) *Amortização*

A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A vida útil estimada dos ativos intangíveis são as seguintes:

Bens	Taxas amortizações
Software	<u>20%</u>

2.2.7 *Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)*

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e se seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.8 *Imposto de renda e contribuição social*

A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício (“Lucro Real”). O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido da Companhia são calculados da seguinte forma:

- Imposto de Renda Pessoa Jurídica: à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$ 240;
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: à alíquota de 9%.

(i) *Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente*

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) *Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido*

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base no plano de negócios da Companhia.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

2.2.9 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis e possíveis são divulgados em nota explicativa;
- (ii) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem classificadas pela administração e seus assessores jurídicos como prováveis ou possíveis, sendo provisionado o valor de 75% e 37,5% do valor da causa, respectivamente, desde que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como probabilidade de perda remota não são provisionados e nem divulgados; e
- (iii) obrigações legais são registradas como exigíveis, pois não dependem da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

2.2.10 Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (teste de impairment)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é efetuado o ajuste de impairment. Não houve registro de perdas decorrentes de redução de valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis.

2.2.11 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias, nos casos aplicáveis ao custo amortizado e ao seu valor justo. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao valor justo. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

(iii) *Desreconhecimento*

Ativos financeiros

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
- Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
- A Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia não reconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também não reconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.2.12 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários são sujeitos à avaliação do impacto de ajuste a valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento.

2.2.13 **Demonstrações dos fluxos de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) “Demonstração dos Fluxos de Caixa”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Capital social

(i) **Ações ordinárias**

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32.

2.3 **Uso de estimativas e premissas**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas e premissas são reconhecidas prospectivamente.

(i) **Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 4.b** – Provisão para perdas de crédito esperadas: Valores de locações de espaços temporários a receber de clientes correspondentes aos contratos firmados junto à Companhia, apropriados conforme o regime de competência. Sua classificação é apresentada no circulante, pois o prazo de recebimento é inferior à um ano.

A Companhia adota as taxas abaixo para reconhecer as perdas dos títulos vencidos:

Taxa de perda estimada	%
De 0 – 120 dias	0%
Acima de 120 dias	100%
Acima de 180 dias	Perda

- **Nota explicativa nº 7** – Determinação do valor justo de propriedades para investimento: Ao mensurar o valor justo das propriedades para investimento, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos dessas propriedades são classificados como nível 3, ou seja, baseados em inputs, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis), cujo as premissas utilizadas estão detalhadas na nota explicativa nº 7.b.

- **Nota explicativa nº 14** – Reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. Quando estes processos ocorrem, as provisões são constituídas para todos os riscos referentes aos processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos..

(ii) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo que o dado de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia de valor justo no final do período de relatório durante o qual a mudança ocorreu.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 7.b** – Propriedades para investimento

2.4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novos requerimentos atualmente em vigor

A tabela abaixo apresenta a lista das recentes alterações nas Normas que estão em vigor:

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de janeiro de 2023	Divulgações de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) Definição de estimativa contábil (alteração ao CPC 23) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alteração ao CPC 32)
23 de maio de 2023	Reforma tributária internacional – Regras modelo do pilar dois (alterações ao CPC 32)

A Companhia avaliou e não identificou nos assuntos acima aplicabilidade para seus negócios até 31 de dezembro de 2023.

Futuros requerimentos

A tabela abaixo apresenta as alterações recentes nas normas que deverão ser aplicadas a partir de sua data efetiva. A adoção antecipada não é permitida para entidades que reportam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, o que se aplica a esta Companhia.

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de janeiro de 2024	Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06) Passivo não circulante com covenants e Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alteração ao CPC 26) Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco Sacado”) (alterações ao CPC 26 e CPC 40)
1º de janeiro de 2025	Ausência de conversibilidade (alteração ao CPC 02)

3 Caixa e equivalentes de caixa

Conforme demonstrado a seguir, compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data de encerramento dos exercícios ou não possuem prazos fixados para seu resgate, sendo, portanto, de liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor:

	2023	2022
Caixa e Bancos	303	435
Aplicações financeiras (a)	-	1.012
	303	1.447

- (a) As aplicações financeiras são remuneradas pela taxa de 70% a 95% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (70% a 99% em 2022) e são representadas por aplicações em CDBs, que permitem resgate antecipado.

4 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos:

	2023	2022
Contas a receber de clientes	79	27
Outras Contas a receber (i)	193	137
(-) Provisão para Perdas Esperadas	(2)	(2)
	270	162

- (i) Grande parte deste saldo R\$ 143 (R\$ 133 em 2022), referem-se a valores a serem repassados a Companhia por emissoras de cartão, decorrente do pagamento feito por clientes usando cartão de crédito.

a. Composição dos saldos por prazo de vencimento

	2023	2022
Valores a vencer	8	-
Valores vencidos		
De 01 a 30 dias	45	18
De 31 a 60 dias	18	4
De 61 a 120 dias	6	3
Acima de 120 dias	2	2
Total	79	27

b. Movimentação das provisões para perdas esperadas

	2023	2022
Saldo inicial	(2)	(2)
Adições	4	5
Baixas	(4)	(5)
Total	(2)	(2)

A Companhia reconhece a provisão para perdas esperadas para itens em atraso a mais de 120 dias e a partir de 180 dias, caso a inadimplência continue o contrato é baixado para perdas.

5 Tributos a recuperar

Os saldos a recuperar e compensar de impostos deriva da operação da Companhia e são basicamente recuperados e compensados no mês a mês, os saldos acumulados nos anos de 2023 e de 2022 são os que seguem:

	2023	2022
IR s/aplicação financeira	43	3
COFINS a recuperar	-	4
PIS a recuperar	-	1
ICMS a recuperar		1
IRPJ estimativa	65	-
CSLL estimativa	30	-
IRPJ base negativa	161	-
CSLL base negativa	56	-
	<u>355</u>	<u>9</u>

6 Outros ativos

	2023	2022
Outros créditos (i)	32	49
Adiantamento de fornecedores	19	10
	<u>51</u>	<u>59</u>

- (i) Saldo de R\$ 32 (R\$ 49 em 2022) é composto por despesas antecipadas R\$ 15, estoque R\$ 16 e adiantamento as lojas para despesas imediatas R\$ 1.

7 Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são representadas por imóveis que são padronizados e utilizados para locação a pessoas físicas ou jurídicas para a guarda de bens na modalidade auto-serviço. Cada contrato tem um período inicial não revogável de 1 mês com o valor mensal do aluguel fixado por meio de contrato entre as partes. Renovações subsequentes são negociadas com os clientes ou são realizadas de forma automática, de acordo com a característica de cada contrato.

Descrição	2023	2022
Custo acumulado	17.025	35.595
Ajuste a valor justo acumulado	3.570	3.715
Total	<u>20.595</u>	<u>20.655</u>

a. Mensuração do valor Justo

O Companhia adotou método do valor justo conforme pronunciamento técnico CPC 28 Propriedades para investimento.

O valor justo das propriedades para investimento foi determinado por avaliador interno, com qualificação profissional adequada e reconhecida e experiência no ramo de self storage.

O avaliador calcula o valor justo das propriedades para investimento a cada três meses. A mensuração do valor justo das propriedades para investimento foi classificada como Nível 3 na hierarquia de valor justo, cujo as premissas gerais estão detalhadas na nota explicativa nº 7.b.

Abaixo a composição e movimentação das propriedades para investimento.

	2023	2022
Saldo Inicial	20.655	25.988
Aquisições/Benfeitorias	86	113
Ajuste a valor justo em propriedades para investimento	(146)	(5.446)
Saldo Final	20.595	20.655

b. Principais premissas utilizadas

Em 31 de dezembro de 2023, a estimativa do valor justo utiliza o Método de Fluxo de Caixa Descontado (“FCD”), cujo a projeção contempla os fluxos de caixa de 10 anos de operação descontados a uma taxa de 13,8% (13,6% em 2022) e taxas de capitalização (“cap rates”) de 10% (10,5% em 2022) sem um valor terminal.

8 Imobilizado e intangível

Os detalhes dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia estão demonstrados a seguir

Custo	Móveis e Utensílios	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Computadores e periféricos	Equipamentos de Comunicação	Software	Total
31 de dezembro de 2021	<u>74</u>	<u>10</u>	<u>15</u>	<u>28</u>	<u>40</u>	<u>14</u>	<u>181</u>
Adições	-	-	3	-	-	-	3
31 de dezembro de 2022	<u>74</u>	<u>10</u>	<u>18</u>	<u>28</u>	<u>40</u>	<u>14</u>	<u>184</u>
Adições	-	-	-	10	1	-	11
31 de dezembro de 2023	<u>74</u>	<u>10</u>	<u>18</u>	<u>38</u>	<u>41</u>	<u>14</u>	<u>195</u>
Depreciação							
31 de dezembro de 2021	<u>(49)</u>	<u>(7)</u>	<u>(8)</u>	<u>(27)</u>	<u>(9)</u>	<u>(13)</u>	<u>(113)</u>
Depreciação e amortização do exercício	(7)	(1)	(1)	(1)	(3)	-	(13)
31 de dezembro de 2022	<u>(56)</u>	<u>(8)</u>	<u>(9)</u>	<u>(28)</u>	<u>(12)</u>	<u>(13)</u>	<u>(126)</u>
Depreciação e amortização do exercício	(8)	(1)	(2)	(1)	(4)	-	16
31 de dezembro de 2023	<u>(64)</u>	<u>(9)</u>	<u>(12)</u>	<u>(29)</u>	<u>(16)</u>	<u>(14)</u>	<u>(144)</u>
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	18	2	9	-	28	1	58
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	10	1	6	9	25	-	51

9 Fornecedores

	2023	2022
Fornecedores nacionais	121	25
Fornecedores nacionais - Seguros	-	60
	<u>121</u>	<u>85</u>

10 Obrigações trabalhistas

	2023	2022
Encargos sociais	-	12
Contribuições sociais	6	14
Provisão de férias e 13º salário	20	19
Provisão de bônus	30	29
	<u>56</u>	<u>74</u>

11 Obrigações tributárias

	2023	2022
IRRF a recolher – 0561	1	1
PIS a recolher	5	4
COFINS a recolher	22	21
CSLL/PIS/COFINS - 4.65	3	4
IR a recolher	71	71
CS a recolher	25	27
INSS retido a recolher	1	2
Parcelamentos IRPJ / CSLL	70	-
Total	<u>198</u>	<u>130</u>

12 Outros passivos

	2023	2022
Adiantamento de clientes	3	9
Devolução de Cliente	1	17
Dividendos a pagar	-	392
Outras contas a pagar	22	22
Total	<u>26</u>	<u>440</u>

13 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

a. Valores reconhecidos no resultado dos exercícios

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda e contribuição social corrente		
Despesas do ano corrente	(184)	(348)
	<u>(184)</u>	<u>(348)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferido		
Diferenças temporárias	<u>52</u>	<u>2.608</u>
	<u>52</u>	<u>2.608</u>
Total de imposto de renda das operações	<u>(132)</u>	<u>2.260</u>

b. Reconciliação de despesas fiscais e alíquota de imposto efetiva

	31/12/2023	31/12/2022
(Prejuízo) / Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.576	(4.127)
Alíquota nominal -	<u>34,00%</u>	<u>34,00%</u>
Impostos normais	<u>(536)</u>	<u>1.403</u>
Efeitos tributários sobre:		
Reconciliação adicional de 10 sobre o imposto de renda	(14)	(86)
Compensação prejuízo fiscal do exercício para qual não foi constituído ativo fiscal diferido	56	160
Diferença temporária	(41)	(25)
Reconhecimento de despesas temporárias dedutíveis anteriormente não reconhecidas	(38)	699
Constituição do imposto diferido ativo sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias	<u>441</u>	<u>109</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	<u>(184)</u>	<u>(348)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>52</u>	<u>2.608</u>
Taxa efetiva	8,38%	54,76%

c. Ativos e passivos fiscais diferidos

(i) Saldo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	2023	2022
Os tributos diferidos ativos e passivos		
Ativo		
Provisão para perdas esperadas	1	1
Provisão de Bônus	19	17
	<u>20</u>	<u>18</u>
Tributos diferidos ativos		
Passivos		
Ajuste a valor justo de propriedades para investimento (a)	(1.213)	(1.263)
	<u>(1.213)</u>	<u>(1.263)</u>
Tributos diferidos passivos		
Total do diferido líquido	<u>(1.193)</u>	<u>(1.245)</u>

- (a) O montante de R\$ 1.213 em 2023 (R\$1.263 em 2022) refere-se a passivo diferido decorrente da variação do valor justo da propriedades para investimento (“PPI”) detida pela Companhia. A administração da Companhia entende que o registro do passivo diferido reflete o eventual recolhimento às autoridades fiscais dos tributos cabíveis decorrentes de ganho de capital pela eventual alienação dessa PPI.

(ii) Movimentação do ativo e passivo fiscal diferido

	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Reconhecido no resultado	Saldo em 31 de dezembro de 2023
(-) Ajuste a valor justo de propriedades para investimento	(1.263)	50	(1.213)
Imposto passivo diferido	(1.263)	50	(1.213)
Provisão para perdas esperadas	1	-	1
Provisão de bônus	17	2	19
Imposto ativo diferido	18	2	20
Imposto passivo diferido líquido	(1.245)	52	(1.193)
	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Reconhecido no resultado	Saldo em 31 de dezembro de 2022
(-) Ajuste a valor justo de propriedades para investimento	(3.861)	2.598	(1.263)
Imposto passivo diferido	(3.861)	2.598	(1.263)
Provisão para perdas esperadas	7	(6)	1
Imposto ativo diferido	-	17	17
	<u>7</u>	<u>11</u>	<u>18</u>
Imposto passivo diferido líquido	(3.854)	2.609	(1.245)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia possui ativos fiscais diferidos não constituídos, advindos do registro de prejuízos fiscais e créditos fiscais não utilizados. Abaixo a composição dos valores:

	2023	2022
Prejuízo fiscal / Base negativa	125	288

14 Provisões para contingências

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possuía qualquer provisão para demandas judiciais, tendo em vista que, com base em seus assessores legais, não há contingências judiciais com avaliação de risco de perda provável - passível de provisão ou perda possível - passível de divulgação.

O saldo contabilizado, em 31 de dezembro de 2023, na rubrica de provisão para contingências no montante de R\$ 5 será baixado em 2024, uma vez que não há documentação jurídica correspondente para respaldá-lo.

15 Patrimônio líquido

a. Capital Social

O capital social autorizado, subscrito e integralizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 17.670 (17.670 em 31 de dezembro de 2022), composto por 17.670.099 ações ordinárias (17.670.099 ações em 2022).

Em dezembro de 2021 na 11ª alteração contratual, a Companhia foi transformada de sociedade empresária limitada, para sociedade por ações de capital fechado. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a composição acionária é a seguinte:

Acionistas	Quantidade de ações	%	Valor
GUARDEAQUI I Fundo de invest. em Part. Multiestratégia	17.670.099	99,999	17.669
GA Jundiáí Locação de Espaço S.A.	1	0,001	1
	17.670.100	100,00%	17.670

b. Reserva de lucros

(i) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo de reserva legal é de R\$ 197 (R\$ 125 em 31 de dezembro de 2022).

(ii) **Reserva de retenção de lucros**

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital da Companhia, conforme proposta no orçamento previamente aprovado na assembleia geral. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo de reserva de retenção de lucros é de R\$ 2.135 (R\$ 2.604 de 31 de dezembro de 2022).

c. **Dividendos**

O estatuto social da Entidade determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício ajustado na forma da Lei.

Os dividendos declarados e pagos foram calculados conforme segue:

	2023	2022
Resultado do exercício	1.444	(1.867)
(-) Reserva legal (5%)	(72)	-
Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	1.372	(1.867)
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	343	-

Em 26 de maio de 2023, através da Ata de Assembleia Geral Ordinária foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 1.233 e adicionalmente, houve aprovação para distribuição de dividendos no montante de R\$ 2.000 dos quais foram pagos no exercício de 2023 R\$ 1.000, que compõem os dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 343, dividendos adicionais de R\$ 265 e R\$ 392 saldo de dividendos a pagar do exercício anterior.

d. **Juros sobre capital próprio**

Os Juros Sobre Capital Próprio (JSCP) para o ano de 2023 foram assim calculados:

- Capital social (a) R\$ 17.670
 - Reservas (b): R\$ 2.729
 - TJLP (c): 6,55%
 - Limite de juros sobre capital próprio calculado: R\$ 1.336
 - Juros sobre capital próprio provisionado (e pago): R\$ 1.233
- (a) Capital social do ano imediatamente anterior e reservas de capital na data de mensuração do JSCP.
- (b) Reservas de lucro e reserva legal na data de mensuração do JSCP.
- (c) Conforme média da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) divulgada pelo BNDES.

As Companhias devem optar pelo maior limite de utilização entre 50% do lucro líquido desconsiderando os impostos ou 50% da reserva de lucro. No exercício findo em 2023, a Companhia optou por não constituir JSCP até o máximo permitido.

16 Receita operacional líquida

	2023	2022
Vendas de mercadorias	10	10
Receitas com locações	<u>3.255</u>	<u>2.874</u>
Total	<u>3.265</u>	<u>2.884</u>
Deduções da Receita		
(-) ICMS	(4)	(4)
(-) COFINS	(248)	(219)
(-) PIS	(54)	(48)
Total	<u>(306)</u>	<u>(271)</u>
Total Receita líquida	<u>2.958</u>	<u>2.613</u>

17 Custos operacionais

	2023	2022
Venda de material	(3)	(8)
Despesa com pessoal	(354)	(270)
Serviços de publicidade e propaganda	(114)	(144)
Consultoria e Auditoria	(67)	(175)
Outros custos	<u>(276)</u>	<u>(306)</u>
	<u>(814)</u>	<u>(903)</u>

18 Despesas operacionais

	2023	2022
Prestação de serviço terceiros	(194)	(171)
Impostos, Taxas e contribuições	(267)	(259)
Despesas administrativas	<u>(261)</u>	<u>(18)</u>
	<u>(722)</u>	<u>(448)</u>

19 Outras receitas (despesas) diversas

	2023	2022
Receitas (Despesas) indedutíveis	146	(12)
Resultados não operacionais	5	-
Outras despesas operacionais (Perda)	(14)	(17)
Outras receitas	<u>18</u>	<u>-</u>
Total	<u>155</u>	<u>(29)</u>

20 Resultado financeiro líquido

	2023	2022
Receita Financeira		
Juros de aplicação	175	90
Juros ativo	9	9
Descontos financeiros obtidos	3	-
	<u>187</u>	<u>99</u>
Despesa Financeira		
Juros passivos	(1)	-
Outras despesas	(25)	-
	<u>(26)</u>	<u>-</u>
Resultado financeiro líquido	<u>161</u>	<u>99</u>

21 Partes relacionadas

a. Pessoal chave da administração

Parte relacionada é a pessoa ou a entidade que está relacionada com a entidade que está elaborando suas demonstrações contábeis, uma pessoa, ou um membro próximo de sua família está relacionada com a entidade que reporta a informação se:

- (i) tiver o controle pleno ou compartilhado da entidade que reporta a informação;
- (ii) tiver influência significativa sobre a entidade que reporta a informação ou da controladora da entidade que reporta a informação.
- (iii) for membro do pessoal chave da administração da entidade que reporta a informação ou da controladora da entidade que reporta a informação.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não realizou operações com o pessoal chave da administração.

b. Contas a pagar com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía a pagar para parte relacionada, no montante de R\$ 23, sendo GA BR Matriz o valor de R\$ 17, para GA SP Limão o valor de R\$ 3 e para GA SP Tatuapé o valor de R\$ 3, valores não possuem vencimento ou correção monetária e foram decorrentes de rateios de contas entre as empresas.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía a pagar para parte relacionada GA BR Matriz, o valor de R\$ 17, cujo valor não possuía vencimento ou correção monetária e foi decorrente de rateio de contas entre as empresas.

22 Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia possuía instrumentos financeiros quais sejam contas correntes e aplicações financeiras feitas com instituições devidamente reguladas pelo Banco Central do Brasil, contas a receber de clientes e fornecedores entre outros, conforme abaixo:

	Valor justo por meio do resultado	Passivo ao custo amortizado	Total 2023	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total 2023
31 de dezembro de 2023							
Ativos, conforme o balanço patrimonial							
Caixa e equivalentes de caixa	303	-	303	-	303	-	303
Contas a receber de clientes	270	-	270	-	270	-	270
Passivo, conforme balanço patrimonial							
Fornecedores	-	121	121	-	-	-	121
Contas a pagar com partes relacionadas	-	23	23	-	-	-	23
	Valor justo por meio do resultado	Passivo ao custo amortizado	Total 2022	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total 2022
31 de dezembro de 2022							
Ativos, conforme o balanço patrimonial							
Caixa e equivalentes de caixa	1.447	-	1.447	-	1.447	-	1.447
Contas a receber de clientes	162	-	162	-	162	-	162
Passivo, conforme balanço patrimonial							
Fornecedores	-	85	85	-	-	-	85
Contas a pagar com partes relacionadas	-	17	17	-	-	-	17

23 Gestão de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;

A Administração da Companhia tem a responsabilidade de estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. A Administração é responsável pelo acompanhamento de gerenciamento de risco.

A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

Os instrumentos financeiros tidos pelas empresas da Companhia são representados substancialmente por instrumentos financeiros emitidos por grandes bancos, tais como Itaú.

Desta forma, a Companhia entende que para esses, não há risco de crédito, dado o rating que tais instituições possuem no mercado nacional.

Já o contas a receber são representados, substancialmente, pelos valores oriundos de aluguéis a receber que decorrem das atividades de locação de espaços da Companhia, cujo a exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente.

Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera. A Companhia entende que o valor contábil desses recebíveis representa a exposição máxima do crédito, uma vez que tais valores levam em consideração a política da Companhia de provisionamento, uma vez que cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes da locação do espaço.

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação.

A Companhia busca manter o nível de seu “Caixa e equivalentes de caixa” em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros para os próximos 60 dias.

c. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(i) Risco de taxa de juros

As flutuações das taxas de juros, como por exemplo, a CDI/Selic e o IGP-M, podem afetar positivamente ou adversamente as demonstrações financeiras da Companhia, em decorrência do aumento ou redução nos saldos de seus instrumentos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2023, não há saldos de aplicações financeiras e portanto a Companhia não possuía risco de taxa de juros.

Em 31 de dezembro de 2022, esse estudo tem como cenário provável as projeções para 2023, conforme segue: (i) a taxa CDI/Selic em 12,75% a.a. com base na projeção do Banco Central do Brasil, obtida pelo Relatório de Mercado Focus – Bacen, de 03/03/2023.

A Administração da Companhia efetuou análise de sensibilidade para um cenário de 12 meses.

Foram considerados decréscimos ativos de 25% e 50%, conforme abaixo e a análise assume que todas as outras variáveis permaneceriam constantes.

		31 de dezembro de 2022		
Indexador			25%	50%
CDI/Seli		12,75%	9,56%	6,37%
		<u>Saldo Líquido em</u> <u>31/12/2022</u>	<u>Cenário</u> <u>Provável</u>	<u>Decréscimo de 25%</u>
			<u>Decréscimo de 50%</u>	
Ativos		Expectativa de Receitas Financeiras - 12 meses		
Aplicação				
financeira	CDI/Selic	1.012	129	97
				65

24 Outras informações

Cobertura de seguros

A Companhia mantém seguros, segundo a cobertura contratada, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ ou responsabilidades.

As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

25 Eventos subsequentes

A Administração não identificou eventos subsequentes ocorridos após 31 de dezembro de 2023 a serem divulgados nessas demonstrações financeiras.